

REFLEXÕES ACERCA DO ESPECTRO AUTISTA E A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Elijane da Rocha Bezerra; Esley Porto; Nathalia Ellen Silva Bezerra; Rhuan Rommell Bezerra de Alcantara

Faculdades Integradas De Patos - elijane.bezerra14@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba – esleyporto1@hotmail.com; Universidade Estadual da Paraíba – nathaliaellen03@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba – rhuanalcantara94@gmail.com

Resumo: O autismo é entendido como um distúrbio que afeta o contato afetivo e o desenvolvimento dos seus portadores, sendo um de seus maiores sintomas a falta de interação com o mundo externo, e a consequente, criação de um ambiente interno próprio adequado aos seus sintomas e características. Diante desses fatores verifica-se a existência de preconceitos por grande parte da sociedade em desfavor dos autistas, que tende a ser causado pela falta de conhecimento acerca dos espectros autistas, bem como da maneira através da qual o autismo se manifesta. Além disso, o sistema educacional brasileiro apresenta falhas no que se refere a inclusão de crianças e adolescentes possuidores de algum tipo de deficiência, entre essas o autismo. Dessa forma é necessária a inserção de modificações que favoreçam a aplicação do processo de inclusão escolar, possibilitando a devida efetivação do princípio da isonomia regido pela Constituição Federal da República de 1988. Nesse cenário, investiga-se a importância do psicopedagogo e do exercício de sua função para que sejam alcançados progressos relacionados a saúde daqueles indivíduos que possuem autismo. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica com o objetivo de gerar discussões qualitativas que promovam o aprofundamento e a compreensão geral a cerca dos aspectos que envolvem o autismo.

Palavras-chave: Autismo, preconceito, sistema educacional, psicopedagogo, inclusão escolar.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muito tem se discutido a respeito das diversas deficiências e da efetividade dos direitos das pessoas que, por portarem determinadas características, se encaixam em certo grupo social. Marcado por diversos estigmas, o Transtorno do Espectro Autista tem sido objeto de diversos estudos por parte de educadores e profissionais da saúde.

O mencionado transtorno consiste em um distúrbio do contato afetivo e de desenvolvimento, tendo como principal sintoma a falta de resposta aos estímulos externos. Dessa maneira, o autismo traz comprometimentos à integração social do indivíduo, sua comunicação e comportamento. Diante desses fatores, o autismo e a falta de entendimento a respeito dele, causam nas crianças portadoras um desenvolvimento inferior ao esperado, bem como dificuldades de aprendizagem em relação as crianças que não são portadoras do referido distúrbio.

O problema é que grande parte da população não conhece os diversos níveis aos quais se apresenta o autismo, o que acaba trazendo prejuízos para o tratamento destas crianças, além disso o desconhecimento torna ainda maior os preconceitos enfrentados pelos portadores e por seus familiares. Em vista disso, faz-se mister entender que o tratamento da criança com autismo

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

deve ser feito tendo como base uma avaliação individual, procurando identificar suas dificuldades e habilidades, a fim de propiciar sua autonomia e desenvolvimento em sociedade. Para que isso possa ser alcançado, deve haver uma ação conjunta da família com os profissionais da educação e da saúde, como por exemplo, fonoaudiólogos, pediatras especializados, psicólogos, etc. Nesse contexto, surge o profissional da psicopedagogia, com fundamental papel nos tratamentos clínicos.

O trabalho do psicopedagogo consiste em procurar melhorias na adaptação de cada criança autista numa escola inclusiva, visando proporcionar o verdadeiro sentido da inclusão. Nesse sentido, o âmbito jurídico estabelece leis, como por exemplo a Lei nº 12.764/2012, que protege os direitos do indivíduo com autismo, entre eles, fixa o direito ao tratamento isonômico no ambiente escolar.

Entende-se a educação inclusiva como uma proposta de tornar a educação acessível a todos as pessoas e propiciar uma aceitação e participação de todos. Portanto, trabalhar nessa perspectiva inclusiva é um desafio da educação brasileira. O objetivo é atender às necessidades especiais do aluno, preconizando não a adaptação do aluno à escola, mas sim a adaptação do contexto escolar a esse aluno.

Em vista destas perspectivas, o presente trabalho tem como objetivo, através da pesquisa bibliográfica, fazer uma breve contextualização a respeito do Autismo, bem como o papel do psicopedagogo no processo de inclusão escolar. Além disso, busca apresentar propostas educacionais, recursos tecnológicos estudados e utilizados por importantes pesquisadores do autismo em todo o mundo. Assim, este resumo tem como principal justificativa a importância de haver uma melhor orientação acerca dos diferentes graus de autismo e da relevância do papel do psicopedagogo no tratamento e desenvolvimento desses, bem como sobre os aspectos jurídicos que envolvem essa temática.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se na revisão bibliográfica, a partir de escritos que fazem alusão ao assunto ora debatido, a fim de buscar contribuir para a produção acadêmica do nosso país. Foram exploradas diversas obras de autores que se destacam na temática, tendo grande relevância no universo das pesquisas relativas ao autismo.

De acordo com Marconi e Lakatos (1992), pode-se entender como pesquisa bibliográfica “o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”.

O objetivo da revisão bibliográfica é fazer com que o estudioso tenha contato direto com toda a gama de materiais até então escritos sobre o determinado almejado, auxiliando, assim,

pesquisador em sua análise, possibilitando que alcance os resultados pretendidos. É, para muitos o primeiro inicial da pesquisa científica.

Sendo assim, o principal objetivo desse estudo é gerar discussões a partir de uma abordagem qualitativa, em que busca aprofundamento e compreensão geral a respeito do assunto autismo. Os autores que encontramos para a nossa revisão foram: BANDIM (2011), BEREHOFF (1993), GOMES E MENDES (2010), GRACIOLI E BIANCHI (2014), LOPES (2011), SILVA, GAIATO E REVELES (2012). Todos eles são considerados expoentes no assunto e grandes argumentos de autoridade, na ciência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Contextualizações gerais sobre o autismo

As pesquisas e conceituações a respeito do autismo, são iniciadas no início da década de 1940, em que Leo Kanner definia esse transtorno como um distúrbio do contato afetivo, tendo como principal sintoma a falta de resposta aos estímulos externos. Apesar de manterem uma relação inteligente com os objetos, o isolamento dos autistas não é evitado.

Ao longo da história, o autismo foi marcado por inúmeros estigmas, que prevalecem até os dias atuais, desse modo diversos prejuízos foram ocasionados, desde a socialização da criança até sua aquisição de conhecimentos e prevalência no ensino regular de ensino, afinal, este grupo social sempre foi marcado por uma forte segregação educacional, como também estarrecedora dificuldade de integração social.

Saber o que de fato é o autismo ou o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é o primeiro passo para a erradicação de tais problemas. Segundo a Associação de Amigos do Autista (AMA), o autismo é um transtorno de desenvolvimento que compromete a chamada tríade relacional do indivíduo: comunicação, interação social e o comportamento.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012), nem sempre essas dificuldades aparecem juntas no mesmo caso. Em vista disso, o autismo pode ser subdividido em algumas categorias, tais como: traços do autismo, com características muito leves; síndrome de Asperger; autismo em pessoas com alto funcionamento; e autismo clássico, grave, com retardo mental associado.

No lado mais leve do espectro, caracterizado pelos tons mais claros, encontram-se as pessoas da primeira categoria: as que apresentam apenas “traços” de autismo. São aquelas que não são atingidas por todos os comprometimentos, mas apenas por algumas características. Nessa categoria, os sintomas configuram mais como uma vantagem do que mesmo como um problema. Exemplo disso são os indivíduos muito ligados a tecnologias e jogos eletrônicos.

A segunda categoria, caracterizada por um tom mais escuro que a anterior, abarca os indivíduos com síndrome de Asperger. São aquelas em que as pessoas apresentam uma certa ausência de empatia, com interesses e comportamentos mais restritos, configurando, assim, prejuízos de socialização. Apesar de utilizarem palavras incomuns para sua idade, podem apresentar dificuldades no aprendizado.

Já no tom de cinza mais escuro, encontram-se os indivíduos com alto funcionamento de autismo. Diferentemente dos indivíduos com síndrome de Asperger, apresentam atraso de linguagem, e, além disso, dificuldades de interação social, sendo esse o nível compreendido como avançado.

Segundo Gracioli e Bianchi (2014), o autismo clássico é aquele que traz consigo as principais características do transtorno. Encontram-se os indivíduos que não falam ou possuem a fala da ecolalia, onde tendem a repetir frases já ouvidas, mas fora de contexto.

Sendo assim, o autismo é caracterizado por transtornos que comprometem a tríade relacional do indivíduo, que é composta pela comunicação, interação social e comportamento, componentes que estão intimamente relacionados e que podem desencadear inúmeras dificuldades ao indivíduo, caso prejudicados.

Quanto ao primeiro aspecto, o que se caracteriza são as dificuldades no desenvolvimento da linguagem, marcadas pela ausência de tentativas de compensação dessas falhas ou até mesmo a dificuldade de manter a reciprocidade em uma conversa. Há, ainda, a existência de problemas com o uso repetitivo da linguagem, a inversão de pronomes, a ingenuidade na avaliação de ironias, por exemplo, e hiperlexia, que ocorre quando as crianças aprendem a ler e escrever antes da alfabetização.

A falta de interação social é caracterizada pela dificuldade em manter momentos de interação prolongada. Há, por parte dos indivíduos, a dificuldade em compartilhar interesses com outras pessoas, bem como um maior interesse por objetos ou animais, que por outros indivíduos, fortalecendo o caráter antissocial pertencentes aos autistas. Salienta-se que mesmo que haja algum tipo de interação, muitas vezes esta acontece em momentos considerados inadequados ou inoportunos. Como, por exemplo, risadas fora do contexto.

O último componente a ser analisado está relacionado ao comportamento. Os indivíduos podem apresentar forte apego à rotina, e conseqüentemente, podem manifestar movimentos estereotipados e repetitivos. A instabilidade de humor também é característica marcante no que se trata das disfunções comportamentais. Outros exemplos são a hipercinesia, ou seja, a tendência a movimentação exaustiva, e a aversão a barulhos muito altos e excesso de luz.

3.2. A importância do psicopedagogo na inclusão escolar

A psicopedagogia surgiu como uma nova solução para os problemas de fracasso escolar dos alunos. Caracterizado por atendimento predominantemente clínico, tal fator contribuiu para que os problemas escolares se transformassem, também, em problemas clínicos.

Segundo Lopes (2011), o profissional psicopedagogo em muito acrescenta na instituição escolar:

Auxiliando na formação continuada de professores; repensando práticas pedagógicas; sugerindo atividades e metodologias no planejamento de aulas e em outros momentos pedagógicos; esclarecendo dúvidas de professores a respeito de alunos ou atividades; informando a comunidade escolas sobre temas relacionados à inclusão; entre outras contribuições.

O auxiliar pedagógico possui, assim, uma função muito importante na escola e nos centros especializados. É ele quem vai favorecer um ambiente onde o professor terá condições de pôr em prática sua programação diária, possibilitando o atendimento individualizado tanto em atividades específicas elaboradas para o aluno autista, como nas atividades em grupo (BANDIN, 2011, p. 102).

De tal maneira, compete a esse profissional o acompanhamento do trabalho desenvolvido em sala de aula, na aprendizagem de condutas e a contribuição para alunos autistas que necessitem de uma atenção maior e diferenciada.

O psicopedagogo tem um trabalho minucioso, pois lhe incumbe intervir de forma a contribuir no desenvolvimento do aluno, devendo analisar cada caso em sua individualidade, afim de produzir, de fato, melhorias no processo de aprendizagem e aumentar o rendimento escolar do indivíduo em atendimento. Em vista disso, esse profissional deve trabalhar, visando sempre à minimização das limitações e a maximização das potencialidades do sujeito, montando uma intervenção adequada e considerando as oscilações da gravidade do autismo, como já fora citado.

Segundo Ramos (2010), um tratamento adequado é feito em função das características particulares do indivíduo. Esse tratamento baseia-se em um trabalho em equipe médico interdisciplinar, que deve ser realizado pela pediatria, neurologia, psiquiatria e odontologia, entre outros, sendo preciso também um tratamento não-médico, a ser executado por equipes de psicologia, fonoaudiologia, pedagogia, terapia ocupacional, fisioterapia, além disso, é igualmente importante a presença de uma orientação familiar e profissional, assim como a inclusão social.

Em suma, deve haver, por parte do psicopedagogo, um auxílio na adaptação quanto ao meio social e no desenvolvimento do autista. Deve-se ter sempre em mente que o

(85) 3522.5222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

psicopedagogo é responsável em conciliar as inesperadas situações que podem surgir como interferência no processo de ensino-aprendizagem.

3.3. Propostas educacionais e adaptações pedagógicas

Devido as dificuldades sociais e cognitivas, os alunos com autismo podem reagir violentamente quando se encontrarem em situação de desarmonia, pressão ou falta de ordem e organização, entre diversos outros possíveis motivos. Por isso, eles precisam de ambientes planejados e adaptações que alcancem as suas necessidades específicas. É útil, no início do ano letivo, familiarizar a criança de todo o ambiente escolar, a fim de trazer-lhe mais segurança. Uma sala de aula previsível e organizada.

Sendo assim, a mudança de rotina pode gerar ansiedade e reações violentas, por isso, deve-se prezar pela estruturação de uma rotina escolar. Para o aluno com autismo, a rotina significa organização do ambiente e planejamento. Além disso, o professor também se beneficia dessa prática a medida que consegue operacionalizar os objetivos do Planejamento Individual de Ensino de maneira mais dinâmica e organizada, bem como são geradas vantagens para os alunos que não são autistas, já que um sistema escolar que possui atividades sistematizadas oferece maior facilidade no aprendizado.

Já que as crianças com autismo podem apresentar dificuldades relacionadas a concentração, deve-se evitar a utilização de muitos objetos que se configurem como estímulos, capazes de tirar o foco da criança, como brinquedos, muitos cartazes, entre outros. Além disso, deve-se evitar a prática de exercícios muito longos.

O código de cores é outra ferramenta extremamente útil quando se trata de organização, por exemplo, na especificação de cores de pastas que se destinem a atividades diferentes, contribuindo para a organização e servindo como instrumento fortalecedor da memória. As crianças com problemas de comunicação necessitam de mais estímulos visuais para o aprendizado, tornando-se, estas, essenciais. Assim, o professor pode utilizar ilustrações, fotos ou figuras, a fim de desenvolver as habilidades de cada aluno.

A abordagem vivencial da aprendizagem é outro exemplo importante nesse contexto. A vivência das atividades programadas facilita a participação e o envolvimento com o objeto de trabalho, onde o auxílio verbal é na maioria das vezes insuficiente.

A música é outro recurso de suma importância na sala de aula. Deve ser dada prioridade a fontes musicais que estimulem a participação em grupo, tais como as cantigas tradicionais infantis. Deve estar relacionada, também, a momentos e atividades específicas, como por exemplo, a hora da chegada, a hora do lanche e a hora da higiene.

A utilização de trabalhos em grupo também deve ser estimulada em sala de aula. Os professores devem orientar outros estudantes na defesa e aceitação do colega autista, utilizando de métodos que não resultem em uma segregação ou contato forçado. Assim, dá-se prioridade ao respeito à condição humana, estimulado por grupos de reflexão e discussão sobre respeito e aceitação.

Em se tratando do trabalho de educadores com alunos autistas, deve-se levar em conta que serão encontrados obstáculos que vão além dos comprometimentos relacionais desses alunos. Pois, além disso, há de se considerar uma grande variação de habilidades e comprometimentos, sendo primordial a flexibilidade do educador. Ressalta-se, ainda, a necessidade da implantação de métodos e técnicas de capacitação durante os cursos de formação dos professores, psicopedagogos e pedagogos, bem como a realização de eventos que ensinem tais profissionais a lidar com as diferenças dos alunos em sala de aula.

3.4. Avaliação e intervenção

O primeiro passo é a avaliação global da criança. Deve ser feita de forma cuidadosa, detalhada, minuciosa e individualizada, considerando que, a partir dessa avaliação, pode-se identificar o nível de comprometimento da criança e, assim, elaborar um plano individualizado.

A avaliação configura-se, pois, como base do programa educativo a ser desenvolvido. Como o critério para a escolha dos objetivos, destacados a partir do próprio potencial da criança. As condutas a serem alcançadas transformar-se-ão em objetivos a serem atingidos. A avaliação de gravidade e sintomatologia, apesar de não possuir, até o momento, nenhum exame específico, baseia-se em escalas, que podem ser aplicadas por médicos, psicólogos, pedagogos, dentre outros profissionais.

Segundo Bereohff (1993):

Os autistas, na maioria das vezes, não respondem a testes e avaliações escolares habituais, e por esta razão a observação de comportamento constitui-se no recurso mais eficaz para conhecer estas crianças (...)

Devido a tal característica, as principais escalas disponíveis para os profissionais, utilizam-se de meios sensoriais e observacionais, como as formas de explorar o meio, a maneira de relacionar-se com os objetos, as alterações motoras, entre outros, e que possuem pontos de corte ou escores e cronogramas, capazes de diagnosticar cada caso individualmente.

Outro exemplo de avaliação, é a avaliação do quociente de inteligência (Q. I). Esse é um procedimento mais complexo, em virtude da grande variação cognitiva encontrada em crianças autistas. Estudos relatam que o QI de crianças com autismo está situado abaixo da média em 70% a 75% das crianças, podendo ser superior a essa média quando se trata de crianças autistas de alto funcionamento ou portadores da síndrome de Asperger. Segundo

Bandin (2011), diferente de uma deficiência intelectual típica, o que se encontra nos autistas são picos de habilidades e deficiências, que tornam seu perfil atípico, mas não deficientes.

A intervenção, por sua vez, tem como proposta ajudar na compreensão, assimilação e orientação comportamental. No caso das crianças portadoras do TEA, introduzindo esse sujeito a novos elementos que poderão leva-las a uma compreensão mais ampla do seu relacionamento com o mundo.

3.5. O uso de tecnologias no processo de aprendizagem

Os recursos tecnológicos têm conquistado todos os níveis etários e os diversos âmbitos que englobam o dia a dia do homem. Com a educação, o processo não foi diferente, tendo em vista o uso benéfico cada vez maior por parte das instituições de ensino, nos diversos níveis da educação.

Diante disso, essas tecnologias trazem muitas expectativas para o desenvolvimento e transformação no mundo do espectro autista. Apesar disso, são poucas as tecnologias voltadas ao autismo no mercado, mas trazem uma nova visão para os educadores e para a família. Entretanto, já existem alguns equipamentos que facilitam a adaptação dos autistas ao mundo da tecnologia.

O Sistema de Comunicação Aumentativa e Adaptativa é um software utilizado como uma agenda eletrônica, fundamentando-se na utilização de ícones e sons. A criança seleciona os diferentes ícones da tela para expressar seus desejos e planejar suas atividades diárias. Além disso, os pais também podem utilizar a fim de informar as crianças sobre as tarefas que estas terão de realizar.

O Comunicador Pessoal Adaptável (CPA) consiste num sistema cujo objetivo principal é facilitar a comunicação dos portadores do espectro autista. Através dele, as crianças selecionam imagens que ativam sons, indicando a palavra correspondente a imagem. Através desse som, a criança tem mais facilidade para aprender ou indicar o que se pretende. O CPA tem sido desenvolvido em plataformas para *Ipod* e *Iphone*.

4. CONCLUSÃO

Através do presente estudo, pôde-se perceber que com o passar dos anos cada vez mais há a preocupação, quanto à realidade autista em na sociedade, bem como na realidade escolar. Vários documentos e portarias, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais – introduzidos entre os finais do século XX e início do século XXI – trazem questões relativas à temática.

Ressalta-se a importância da função do psicopedagogo para que o desempenho do aluno autista seja proporcionado, igual ao de qualquer outra criança, pois esse profissional tem o objetivo de estudar os procedimentos de aprendizagem das pessoas, sejam crianças, adolescentes ou adultos, buscando identificar os transtornos e dificuldades existentes que prejudicam a desenvoltura do processo de aprendizagem. Dessa forma, juntamente com psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais de apoio, é considerado um dos principais profissionais que possibilitam o efetivo acesso à educação às pessoas portadoras do autismo.

REFERÊNCIAS

BANDIM, José Marcelino. **A criança autista e a escola: uma abordagem prática**. S/ ed. Recife: Bagaço, 2011.

BEREOHFF, Ana Maria P. **Autismo: uma história de conquistas**. São Paulo: GEPAPI, 1993.

BRASIL. Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 2010.

GRACIOLI, Maria Madalena; BIANCHI, Rafaela Cristina. **Educação do Autista no Ensino Regular: Um Desafio à Prática Pedagógica**. Nucleus, 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 13.005/2014** que Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 e dá outras providências.

LOPES, Maria Teresa Vieira. **Inclusão das Crianças Autistas**, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o Autismo**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2012.